



Superfície 78 778 km²
População 1 606 568 (2007); 17 Distritos

Um milhão de crianças sujeitas ao trabalho infantil



Cerca de um milhão de crianças dos sete aos 17 anos são vítimas do trabalho infantil no país

BERNARDO CARLOS

CERCA de um milhão de crianças, dos sete aos 17 anos de idade, são submetidas ao trabalho infantil e forçado no país, conforme revelou há dias, na cidade de Tete, a Oficial de Programas do Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC), Salomé Mimbir.

A fonte fez esta revelação no decurso de um seminário destinado à capacitação das

redes locais de protecção da criança para o melhoramento da sua capacidade de advocacia e monitoria das políticas públicas a favor dos Direitos da Criança.

O objectivo é o fortalecimento das redes e plataformas provinciais para que por si sós possam advogar por uma melhor materialização e exercício dos direitos das crianças e, em particular, das raparigas.

“Para que a sociedade civil possa monitorar e apoiar nos esforços de protecção da crian-

ça de forma eficaz e eficiente é preciso que seja dotada de conhecimentos e ferramentas para o efeito”, disse a oficial de programas do ROSC.

Os dados sobre o trabalho forçado infantil, no país, segundo afirmou, foram divulgados pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Entretanto, com base na última análise estatística realizada num passado recente

to nas zonas urbanas e 44 por cento nas rurais em raparigas menores de 18 anos de idade, o que concorre para o alto índice de mau aproveitamento pedagógico e desistência escolar.

Para inverter este cenário, de acordo com Salomé Mimbir, as redes locais de protecção da criança são chamadas para uma atenção especial no trabalho mais aturado no seio das comunidades para permitir um desenvolvimento pleno das crianças.

“O ROSC dá prioridade, nas suas acções, à prevenção e eliminação de casamentos prematuros e gravidezes precoces, assim como o uso de mão-de-obra infantil, atitude que viola os Direitos da Criança consagrados na Constituição da República”- enfatizou Salomé Mimbir.

De salientar que o ROSC, em conformidade com a oficial dos programas, na sua actuação privilegia a tomada de acções em concertação com as instituições do governo e a sociedade civil na identificação de soluções eficientes e eficazes para colmatar os vários problemas que afectam a vida das raparigas e de criança, em geral.

“A ROSC é uma organização que trabalha em prol da promoção e protecção dos direitos das crianças para que sejam tomados como prioridade na agenda governativa para o desenvolvimento do país”- concluiu a nossa fonte.

pelo UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e a Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuros (CECAP), cerca de 48 por cento de raparigas, no país, casaram-se antes de completar 18 anos de idade, uma percentagem que ocupa a segunda posição ao nível da África Austral no concernente à ocorrência deste fenómeno.

Como resultado, segundo afirmou, o nível da incidência de gravidezes precoces situa-se na ordem dos 33,2 por cen-